



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

Ata da 133ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Data: 12 de Setembro de 2017, às 13h30min.

Local: Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente -

Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna - Montes Claros/MG.

1 Aos 12 de setembro de 2017, às 13h30min, reuniu-se a URC – Unidade Regional
2 Colegiada do Norte de Minas, no Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria
3 Municipal do Meio Ambiente - Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna -
4 Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
5 Suplentes: como Presidente: Ângelo Márcio Gomes de Melo – Superintendente da
6 Supram Jequitinhonha; Secretaria SEAPA: titular: Sergio de Oliveira Azevedo;
7 Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional - SECIR; 1º Suplente: Mônica
8 Maria Ladeira; Secretaria de Estado de desenvolvimento e Integração do Norte e Noroeste
9 de Minas Gerais – SEDINOR: 1º Suplente: Davidson Barbosa Dantas; Secretaria de
10 Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG: 1º Suplente: Ludgério Lourenço Sampaio;
11 Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP: 1º Suplente: Odivone da
12 Costa e Silva; Procuradoria Geral de Justiça – PGJ: Titular: Lucas Marques Trindade;
13 Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG: 2º Suplente: 2º Ten. PM Emerson Martins da
14 Silva; Prefeitura Municipal situada na área de abrangência da URC; 1º Suplente: Paulo
15 de Faria Ribeiro; Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH _ constituído e em operação,
16 situado majoritariamente na área de abrangência da URC/ NM, oriundo de segmento do
17 Poder Público: titular: João Francisco de Pinho – Comitê da Bacia Hidrográfica dos
18 Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha – JQ1; Federação das Industriais do Estado de
19 Minas Gerais – FIEMG : Titular: Ézio Darioli; Federação da Agricultura do Estado de
20 Minas Gerais – FAEMG, atuando na região de abrangência: Titular: Juvenal Mendes
21 Oliveira; Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
22 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Titular: Diogo Fabiano Ferreira;
23 Representantes de não-governamentais com mandatos vigentes em Conselhos Municipais
24 de Meio Ambiente – CODEMA's: Titular: Renan Laughton Milo; Representante de
25 entidade socioambiental legalmente constituída no Estado para proteção, conservação e
26 melhoria do meio ambiente, assim cadastrada no cadastro Estadual de Entidades
27 Ambientais – CEES, nos termos da Resolução SEMAD nº 1.573, de 26 de Abril de
28 2012: 2º Suplente: Leonardo Silva Alves – Instituto Grande Sertão; Representante de
29 entidades reconhecidas ligadas ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico
30 ou científico na Área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida: Titular: Maria
31 das Dores Magalhães Veloso - UNIMONTES; Representante de entidades civis
32 representativas de categorias de profissionais liberais ligadas à proteção do meio
33 ambiente e da melhoria da qualidade de vida: Titular: Guilherme Augusto Guimarães de
34 Oliveira – CREA/MG; Representantes de entidade de âmbito regional cujas atividades
35 tenham interrelação com o desenvolvimento das políticas públicas de proteção ao meio
36 ambiente: 1ª Suplente: Virgínia Campos – ABRAGEL. Estiveram também presentes
37 Clésio Cândido Amaral, Superintendente da SUPRAM NM, Yuri Rafael de Oliveira
38 Trovão, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NM e técnicos da SUPRAM NM.



39 O **Presidente** dá início a 133ª reunião extraordinária do COPAM - URC Norte de Minas.
40 Convida todos para ficarem de pé para ouvir o hino nacional brasileiro.

41 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

42 **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio**
43 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas, Dr.**
44 **Diogo Soares de Melo Franco.**

45 O **Presidente Ângelo Márcio Gomes de Melo**, Superintendente Regional do Meio
46 Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha, declara aberta a 133ª Reunião Extraordinária do
47 COPAM URC Norte de Minas. Passa ao item 3 da pauta.

48 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

49 O **Presidente** Diz que a palavra está franca. O **Conselheiro Guilherme Augusto**
50 **Guimarães de Oliveira**, representante do CREA, cumprimenta a todos e diz que tem
51 dois assuntos que gostaria de colocar como assuntos gerais. Diz que, como representante
52 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, têm chegado a ele algumas
53 ponderações, algumas reclamações com relação a alguns aspectos da análise técnica. Diz
54 que não quer fazer juízo de valor aqui neste momento, mas vai colocar alguns aspectos
55 com relação a informações solicitadas. Diz que o licenciamento ambiental é um
56 instrumento que busca o planejamento das atividades com respeito aos aspectos
57 ambientais. Ele não pode se transformar no ônus desnecessário e um custo sem
58 justificativa. Diz que, no seu tempo como funcionário da FEAM e Superintendente desta
59 casa, logo no início, nem era cobrado o licenciamento ambiental. Posteriormente
60 começou a ser cobrado o licenciamento ambiental. Diz que, na sua opinião, como o estado
61 já tem obrigação de pagar os técnicos, quanto mais ônus se coloca para as atividades
62 relacionados ao licenciamento ambiental, mais se dificulta os empreendedores, mas,
63 sendo uma taxa legal cobrada, é importante dizer que tem chegado alguns aspectos que,
64 não comprovadamente, mas com relação a algumas exigências como, por exemplo,
65 monitoramento de caldeira a lenha em ambiente rural. Diz que como representante da
66 FEAM, na resolução CONAMA que normatizou fontes fixas de emissão atmosférica,
67 entende que este é um monitoramento que deveria ser eventual ou espaçado porque uma
68 caldeira a lenha instalada num empreendimento rural onde todas as estradas vicinais são
69 sem pavimento ou sem revestimento. Questiona qual é a significância disso. Cita outro
70 aspecto: monitoramento trimestral em tanque séptico na zona rural em fontes que lançam
71 em sumidouro. Diz que deveria o estado estabelecer algum normativo que justificasse os
72 monitoramentos instalados. Diz que tem alguns que são desproporcionais e não tem
73 significado nenhum, como uma caldeira a lenha numa comunidade rural. Se for de fato
74 uma vez por ano ou alguma coisa assim, mas trimestralmente... Diz que gostaria que talvez
75 normatizasse isso e justificasse essa questão especificamente porque o licenciamento
76 ambiental não pode ser um sistema apenas de exigências muitas vezes a onerar o processo
77 que não vai ter nenhuma objetividade. Diz que está falando sobre os aspectos técnicos,
78 não sobre os aspectos econômicos. Isso não é um aspecto relevante. Diz que seria
79 importante que o próprio Sistema Estadual de Meio Ambiente estabelecesse com
80 justificativa técnica, com razoabilidade, com critérios, os aspectos relacionados ao



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

81 automonitoramento, tendo em vista que, na maior parte das vezes, observa-se que os
82 resultados do automonitoramento são acumulados nos órgãos ambientais e não servem
83 muitas vezes nem para uma pesquisa que vá, diga-se assim, diagnosticar o estado dessas
84 questões. Diz que esse é um ponto mais como reflexão. Diz que ninguém chegou
85 objetivamente para ele e falou isso denominando este assunto, mas colocando que o
86 CREA poderia, por ser um órgão técnico, conversar com os órgãos ambientais no sentido
87 de tentar pelo menos uma normatização de tal forma que fosse criado um critério técnico
88 para todos os empreendimentos. Diz que esse é o primeiro aspecto. Diz que o segundo
89 aspecto para o qual gostaria de chamar atenção é a preocupação com as unidades de
90 conservação, em dois sentidos. Diz que primeiro é que cada vez mais se tem unidades de
91 conservação e não se viu basicamente criar estrutura para a utilização de fato dessas
92 unidades de conservação. Diz que falou isso com diretor João Paulo, na última reunião
93 do CREA, no qual ele também é Conselheiro, no plenário do CREA, Diz que vê que se
94 criam unidades de conservação - observa que o Conselheiro Paulo Ribeiro criou tão bem
95 o Parque Lapa Grande – passados dez anos não se vê a visita da comunidade num bem
96 que é dela. Observa-se que essas unidades de conservação ficam muito restritas a quase
97 apenas ao órgão público. Acha que se deveria solicitar uma celeridade na implantação das
98 estruturas que possibilitassem à população que arca com esses custos, que foi responsável
99 pelo pagamento da desapropriação e da implantação, a utilização desses bens que são
100 públicos. Na verdade, os parques têm que ser abertos à comunidade e atender a
101 comunidade. Diz que passados mais de 10 anos da criação do parque observa-se que ele
102 não tem toda sua exploração pela beleza que é. Diz que, ao mesmo tempo, se observa nos
103 parques urbanos uma dificuldade muito grande de implantação. Diz que nesse sentido
104 observa algumas penalidades que vão ser analisadas. Diz que é uma solicitação que fez
105 na primeira reunião avançou no sentido de possibilitar que parte do recurso arrecadado
106 com as multas pudesse ser avaliado como aplicação na própria comunidade. Diz que se
107 tem um parque, na época criado por ele mesmo e por Paulinho, o parque que tem o nome
108 do Marcelo Condé, lá na região do Bicano, que é um Parque Linear. O parque era uma
109 avenida em concreto e se optou na época por criar um Parque Linear. Diz que passou lá
110 e ficou decepcionado porque o parque de 115 mil metros quadrados numa região carente,
111 na beira de um córrego totalmente invadida, uma parte invadida, sem nenhum tipo de
112 proteção. E muitas vezes recursos públicos são investidos em outras unidades de
113 conservação que também são importantes, mas, muitas vezes, aquelas de maior
114 proximidade da comunidade, da comunidade carente, da comunidade vulnerável, da
115 possibilidade da manutenção da qualidade de água da cidade, muitas vezes não têm o
116 mesmo cuidado com isso aí. Diz que acha que é o que se poderia tentar, se fosse um
117 consenso ou então a maioria, é que esses recursos pudessem ser implantados. Diz que na
118 verdade se tem que entender que os recursos naturais têm que ser bem aproveitados pela
119 comunidade. Diz que essas são as colocações que gostaria de fazer. **O Conselheiro Paulo**
120 **Ribeiro**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, acrescentando ao que Guilherme
121 falou, diz que gostaria de lembrar a Lei do SNUC artigo 43 e 47, as concessionárias de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

122 serviço de água por exemplo deveriam pagar pela utilização de água das unidades de
123 conservação. Diz que a COPASA não paga e há 11 anos vem utilizando, depois que foi
124 criado o parque, e não dá nenhuma colaboração, mesmo porque, quando o parque foi
125 criado, colocou-se, por sugestão sua, no decreto de criação do parque, que a COPASA
126 deveria ser corresponsável pela manutenção. Frisa que não faz nada absolutamente nada
127 há 11 anos e, com a crise em que o Estado está, deveria exigir o Instituto Estadual de
128 Florestas a colaboração da COPASA na manutenção do parque. Certamente o parque
129 estaria aberto hoje. Diz que o valor mínimo que se calculou, finalizando inclusive uma
130 ação civil pública para exigir o cumprimento desse decreto de criação do parque, no
131 mínimo a COPASA deveria estar pagando R\$6 milhões por ano ao IEF Isso daria para
132 regularizar a ampliação do parque, daria para pagar os funcionários. Diz que hoje não tem
133 funcionário para pôr o parque para funcionar. Diz que seria de grande ajuda. Isso é apenas
134 uma sugestão. Em segundo lugar, gostaria até de apresentar uma moção, no final, em
135 apoio ao trabalho do selo do Parque do Peruaçu que está pleiteando um selo como
136 patrimônio cultural da humanidade. Diz que estiveram lá no último final de semana e
137 acha que o COPAM poderia dar uma ajuda, se pudesse sensibilizar as autoridades para
138 ajudar nesta indicação do Peruaçu como patrimônio cultural da humanidade. Ressalta que
139 a situação é tão peculiar e fantástica do Peruaçu que vai ser a primeira unidade, o primeiro
140 selo de uso misto no Brasil. Diz que, se não se engana, o Brasil tem 23 e nenhum é misto.
141 O Peruaçu tanto preenche os requisitos como monumento natural e como monumento
142 cultural. Fala sobre os quatro dias em que percorreram o norte de Minas em três roteiros,
143 o menor roteiro foi de 650 km, todos partindo de Montes Claros e voltando para cá, o do
144 Peruaçu, o da Serra do Cabral e o de Botumirim. Diz que a situação que encontraram na
145 região do Peruaçu e da Serra do Cabral é de desastre. Diz que está aqui com a professora
146 Dora, da UNIMONTES. Ela pode colocar, uma vez que especialista na questão das veredas.
147 Diz que alguns técnicos estão achando que já se chegou numa fase irreversível. As
148 veredas de altitude estão todas irreversivelmente condenadas. Sobre a questão de
149 perfuração dos poços artesianos descontrolados, diz que o município de Montes Claros
150 está preparando uma lei para obrigar, já que é responsabilidade do Estado que não
151 cumpre. O IGAM coordena uma região como essa e tem dois funcionários, uma secretária
152 e um único técnico para cobrir a região inteira e não tem controle nenhum. Diz que se
153 sabe que mais de uma centena de poços estão sendo perfurados irregularmente só na
154 cidade de Montes Claros mensalmente, e isso proliferou na região inteira. Diz que a
155 questão do licenciamento de que Guilherme está falando para se pedir uma outorga de
156 um poço leva em média um ano e meio. Destaca que a multa é ínfima comparando-se
157 com a necessidade. É mais fácil cometer o crime, porque a multa é insignificante e
158 justifica o empreendedor cometer esse crime porque o estado é incompetente
159 completamente. Diz que se está assumindo a corresponsabilidade porque tem impacto
160 local e se tem que encontrar uma maneira de o município fiscalizar. Diz que o município
161 de Montes Claros tem hoje muito mais condição de fiscalização do que o próprio IGAM.
162 Diz que a questão da Serra do Cabral também é criminosa. O plantio dentro das veredas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

163 tanto na região do Peruaçu como na Serra do Cabral, a mineração descontrolada que está
164 ocorrendo. A Serra do Cabral é uma das joias, um dos negócios mais fantásticos do Estado
165 está quase irremediavelmente condenada, é um desastre ecológico. As populações que lá
166 viviam, populações tradicionais, foram jogadas de lá para fora e não participam mais de
167 nenhuma atividade econômica lá dentro. A fiscalização é pífia dos órgãos públicos, apesar
168 de o IBAMA ter ido lá recentemente. Diz que estão chamando e denunciando e está tendo
169 uma ação. As pessoas e os empreendedores, em muitos casos inclusive, as reflorestadoras
170 estão pouco se lixando pelas multas que estão levando. Coloca uma novidade: diz que
171 fizeram uma visita junto com pessoal do IBAMA, ele, Rafael, Daniel e Eduardo, inclusive
172 com a InterTV, há dois meses atrás, e foram visitar a região de Itacambira e de Juramento,
173 as nascentes todas. Diz que fizeram uma parceria com os empreendedores tentando criar
174 com eles um novo processo. Tiveram uma reunião dura, depois os convidaram para vir
175 aqui conversar. Diz que há um trabalho que foi feito pelo IEF e que discutiram tentando
176 propor a produção de água e ser remunerada, em vez de plantação de eucalipto. Diz que
177 fizeram uma simulação colocando BDI altíssimo para eles, uma lucratividade de 35%.
178 Plantando eucalipto, segundo os dados que forneceram, tem uma lucratividade de R\$ 156
179 uma lucratividade de r\$ 856 por ano pelo eucalipto, sendo que esse resultado só recebem
180 7 anos depois. Diz que fizeram algumas simulações, inclusive cobrando da concessionária
181 que remunerasse como produtor de água o que eles afastassem da borda que se coloca 30
182 metros. Infelizmente a legislação não é suficiente. Nesse caso a legislação não está
183 prevendo a questão ambiental. Ter-se-ia que recuar pelo menos mais 100 m de borda para
184 que se pudesse ser eficaz na produção de água e que essa água fosse para a recarga. Diz
185 que se fez a simulação que se poderia apagar com pequeno ajuste de R\$ 1200 por ano por
186 hectare para eles. Eles declararam no primeiro momento que não se interessavam por isso
187 porque era uma questão estratégica, pois estavam produzindo para usina de Sete Lagoas
188 e que tem a garantia de funcionamento da usina e não poderiam reduzir. Destaca que
189 informou que haveria a partir daquele momento apenas duas opções se não houvesse a
190 parceria: uma seria trabalhar para se arranjar recursos para desapropriar a área para se
191 implantar o projeto . Diz que questionou se o povo de Montes Claros iria passar sede
192 enquanto eles davam água para eucalipto e questionou se a população de Montes Claros
193 iria tolerar uma situação como essa: eucalipto ser alimentado e a população não. Diz que
194 questionou se a população não iria reagir, e uma das coisas seria por fogo. Observa que
195 estão exercendo o cargo público não poderia incentivar, mas também não iria
196 desincentivar. Diz que a situação é de crise e se está indo para uma guerra nessa situação
197 hídrica em Montes Claros. Diz que, após isso, resolveram convidar e, no dia 19, estarão
198 se assentando em Belo Horizonte com a equipe do IBAMA para tentar construir uma
199 alternativa para aquela região, propor um projeto que logicamente depois vai-se ter que
200 encaminhar também à COPASA e ver como se vai levantar recurso para que se faça a
201 preservação. Frisa que a situação de catástrofe na região é um negócio louco. As veredas
202 estão praticamente condenadas, é um processo que já tem mais de 30 anos. Na hora em
203 que houver o secamento da vereda, provavelmente o cerrado vai ocupar e quando o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

204 cerrado ocupar, essa regeneração demoraria no mínimo mais trinta anos. E não se terá
205 mais condição de recuperação. Diz que se estão perdendo as joias, as coisas mais
206 preciosas. Diz que se tem uma série de coisas: eucalipto principalmente no Peruaçu é
207 grave; também é grave a criação de gado. Mas fundamentalmente a questão que se tem é
208 da legislação que tem que ser pensada, tem que ser mudada, que a perfuração de poços
209 rurais. Diz que a proprietários que já estão pagando para perfurar o maciço Bambuí está
210 entre 300 e 600 m. Estão pagando R\$ 1.200.000,00 para abrir poço a mais de 600 metros
211 de profundidade e buscar, depois do maciço Bambuí, buscar água. Diz que mais uma vez
212 é consequência da concentração de renda, pois poucos arquimilionários vão ter dinheiro
213 para a irrigação desenfreada continuar e o pequeno, mais uma vez, vai ser abandonado.
214 Diz que um técnico do IGAM que esteve fazendo uma visita, foi mexendo nos murundus
215 de cupim e, sendo arquiteto, estava falando da condição de umidade para manter o
216 cucuruto do cupim. Diz que os cupins estão abandonando as casas porque não têm um
217 mínimo de umidade. Nem cupim está conseguindo conviver mais lá. Diz que levaram à
218 Intertv, a imprensa de fora e o pessoal resolveu fazer um filme. Estão vindo para fazer
219 um longa-metragem sobre a situação. Diz que a Intertv está fazendo uma série todos os
220 dias mostrando essa questão do Peruaçu. Destaca que a catástrofe já está no meio
221 ambiente. Diz que não é mais a conversa fiada de que é para nossos filhos, nós estamos
222 pagando o preço, nós vamos ver a destruição disso tudo. Diz que o mais absurdo é o
223 potencial do ecoturismo. Agora se está brigando pelo selo da Unicef. Secando a água lá
224 em cima não vai correr mais água dentro das cavernas do Peruaçu. O santuário ecológico
225 que representa hoje as cavernas vai secar e pode desmoronar. Diz que já viajou um
226 bocado, sua família adora viajar e sempre foi estimulado a viajar. Não existe monumento,
227 Fernando de Noronha, Cataratas do Iguaçu, coisa semelhante, igual ao Peruaçu. O
228 Peruaçu é dos cinco maiores monumentos do Brasil, das coisas mais portentosas,
229 maravilhosas, fantásticas Diz que antes de se usufruir ou mesmo montar uma indústria de
230 turismo para beneficiar toda a região, porque, na hora que se declarar, o selo milhões de
231 pessoas vão ter acesso a que existe o monumento desse porte, virá gente de todas as partes
232 do mundo. Além de não se ter estrutura para receber, haverá o impacto que esse vai ter
233 que trabalhar, essa indústria talvez antes de nascer já está morrendo porque estamos
234 destruindo e deixando passivamente acabar. Diz que, se a Professora Dora quiser se
235 manifestar, ela que a Doutora nisso, poderia falar com muito mais clareza sobre o que
236 está aí. Informa que quinta-feira, nesta mesma sala, às 19 horas, todas as 100 pessoas que
237 participaram dos três roteiros vão estar aqui elaborando um documento pedindo urgência
238 em ações, porque não há mais tempo de se fazer diagnóstico, porque todos os diagnósticos
239 já são conhecidos e a forma de resolver também já se tem. Diz que se vai elaborar para
240 entregar para todas as autoridades competentes. Diz que está chamando todos os órgãos
241 que participaram, todos os órgãos de desenvolvimento de Montes Claros. Todos os órgãos
242 públicos foram chamados a participar, todos os intelectuais, todas as Universidades. Diz
243 que a UNIMONTES esteve presente, a UFMG esteve presente; a Pitágoras, a Santo
244 Agostinho estiveram presentes; o Instituto Federal de Educação esteve presente. Diz que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

245 é para assinar juntos para ver se sensibiliza. Diz que necessariamente se terá que
246 radicalizar o funcionamento ou a destruição vai ser acelerada enormemente. Diz que
247 espera que os Conselheiros acompanhem e se informem. A televisão vai dar a cobertura
248 e depois se vai fazer a divulgação de todos os resultados. Confirma quinta-feira, às 19
249 horas, nesta mesma sala. A **Conselheira Profa. Maria das Dores Magalhães Veloso -**
250 **Dora**, da UNIMONTES, diz que foi muito bom o Paulo ter começado essa conversa, porque
251 queria ter dito isso há mais tempo e, quando se pediu a sugestão de pauta, já era para ter
252 inserido, mas, em função das inúmeras atividades que desenvolve, acabou ficando meio
253 presa. Diz que a expedição de que participou foi só para confirmar o que vem acontecendo
254 ao longo dos anos. Diz que trabalha na região de pandeiros desde 2007. Diz que teve a
255 felicidade de nascer lá. Diz que viveu aquela beleza cênica praticamente a sua infância
256 toda, ficou um tempo longe e retornou em 2008. Diz que já percebeu coisas diferentes,
257 mas ao longo dos anos junto com o Ministério Público, com projeto “Vereda Viva”, com
258 Ministério Público sempre estimulando a atuar, a trabalhar nas veredas, veio
259 acompanhando e implementando algumas atividades de recuperação de identificação do
260 que é uma vereda, quais são as espécies que há numa vereda, porque, até então, o que se
261 tinha era de Guimarães Rosa. Mas a identificação das plantas, dos animais daquele
262 sistema todo não se tinha ainda bem definido. Diz que vem trabalhando ao longo dos anos
263 com isso. Diz que começou nessa expedição revivendo a memória pelo Peruaçu que tinha
264 muita água dentro do rio, dentro do Peruaçu, dentro da caverna. Mais ou menos há um
265 ano atrás esteve lá com seus alunos e agora foi e está menos da metade. Apenas um ano
266 e a coisa já mudou 50% pode-se dizer. Diz que passou na vereda do Peruaçu. Informa que
267 são 660 hectares de vereda. Explica que vereda é solo turfoso. Para se encontrar rocha
268 maciça, o solo mesmo, pode-se cavar até 5 metros. Para se encontrar os extratos do solo,
269 que são as camadas do solo mesmo é 5 m. Essa parte superior é todo tufa. é como se fosse
270 aquela espuma que se usa para tomar banho. Diz que a esponja desses 660 hectares está
271 queimando, já se queimaram 524. Diz que, se se entrar no Google e olhar, é aquele
272 joguinho de pega vareta, é como se tivesse pegado as varetas aberto as mãos e os buritis
273 caídos no chão. Frisa que é uma paisagem terrível, aterrorizante. Considerando que as
274 raízes dos buritis têm uma estrutura que armazena a água ali, além desse solo turfoso tem
275 as bolsinhas de água, e, com tombamento desses buritis, toda a água que está ali no solo
276 tufos, toda a água que está neles se foi. Diz que o lençol freático emerge nessa região,
277 nessa área de solo turfoso. E já não está emergindo. Por isso está pegando fogo. As pessoas
278 colocam fogo e está lá o combustível. Diz que se, se olhar na internet “veredas do Peruaçu
279 Nasa”, vai-se ver que essa vereda está queimando há 7 meses. Questiona o que está sendo
280 feito. Simplesmente esperando a chuva. Chover 100 milímetros é como se colocar uma
281 gota d'água. Diz que para ela aquilo já é uma questão do exército, é caso de polícia, é caso
282 de todo mundo se mobilizar e falar que esse fogo tem que acabar. Diz que há um filme
283 que se pode ver na internet mostrando os rios aéreos. Diz que em cima da floresta
284 amazônica tem um rio e é aquilo que faz ser um ambiente úmido. Na vereda também
285 acontece isso. Diz que várias vezes estava dentro da vereda medindo planta e, de repente,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

286 vinha raio, vinha a chuva forte, e isso acabou. Diz que se está vivendo um período
287 interglacial, um período seco e se está estimulando esse período, esse ambiente todo e
288 não se está fazendo nada. Diz que às vezes se sente como se fosse um beija-flor que está
289 indo lá colocar uma gotinha d'água. Diz que produziu mais de 10 mil mudas, plantou em
290 uma vereda e o pegamento que se teve lá foi em torno de 2000 mudas. Mas mesmo assim
291 estão acompanhando e a vereda está começando a reagir. Observa que é apenas uma
292 vereda, e se tem lá 49 veredas. Diz que fez o mapeamento de 49 veredas e dessas 49
293 veredas não tem uma que se possa falar que está intacta, que está extremamente
294 preservada. Em todas elas ou já houve fogo ou estão em processo de degradação. Diz que
295 é muito comum observar-se na região as estradas na borda da vereda, porque entre o
296 cerrado e a vereda, que a área de proteção da vereda, tem estrada que é um solo mais
297 durinho, não é tão tufoso, mas também não é arenoso. Então é fácil fazer estrada e transitar
298 ali. Mas na hora em que aquela estrada estraga, ao invés de arrumar, abre-se outra do
299 lado. E vai abrindo, abrindo. É comum ver-se aquele areão em volta da vereda, e a vereda
300 já sofrendo. Frisa que se está vivendo um momento de terror. Diz que essa falta de água
301 aqui está extremamente visível na condição da vereda, porque, se não se tem água, não
302 se tem veredas; se não se tem vereda não se tem buriti. Diz que isso está aqui aos olhos,
303 infelizmente não se está enxergando. Diz que propôs hoje no grupo da expedição para se
304 tentar atingir o máximo de pessoas com essa sensibilização, pegando-se as fotos e
305 montando se uma exposição em Brasília, em Belo Horizonte, em todo lugar e começar a
306 mostrar isso mostrar o que é e o que foi, para ver se as pessoas se sensibilizam e acordam,
307 porque não se entende essa condição de uma vereda passar 7 meses pegando fogo e não
308 se poder fazer nada, e é a maior vereda de Minas. Diz que, se vir o maciço de buritis que
309 há nessa vereda, a floresta amazônica fica com inveja. É exuberante, é uma coisa muito
310 bonita. Junto com isso vai embora a fauna, vão embora as aves, os pequenos roedores. Os
311 peixes vão embora. Na lagoa do Cajueiro, na lagoa do Jatobá, que é onde fica a sede do
312 Parque Veredas do Peruaçu, chegou-se lá 2 horas da tarde e viam-se os olhos dos jacarés
313 do lado de fora. Só tinha dois jacarés. Diz que a coisa mais comum que se via lá era chegar
314 à noite e ver aquele brilho por cima da água. Aquele monte de jacarés. Diz que daqui uns
315 dias vai-se ter que tirá-los de lá para levar para algum lugar, se é que se vai encontrar
316 algum lugar que tenha água, porque eles não vão aguentar ficar. Isso sem se considerar
317 que as outras lagoas do entorno estão secas. E poços artesianos estão iguais uma toalha
318 de renda, tanto é a quantidade de poço artesiano para todo lado que está acabando a água
319 superficial esse está recorrendo a água do lençol freático. Questiona quem vai abastecer
320 isso, como essa água vai chegar lá, se se está impermeabilizando seja na cidade, no campo
321 com plantio da silvicultura, das monoculturas. Diz que se precisa fazer alguma coisa. E
322 comunga com Paulo de que se tem que fazer alguma coisa e o Conselho pode ajudar,
323 porque, se não se fizer, vai-se condenar à desertificação imediata. Ressalta que isso não
324 dura 5 anos. O **Conselheiro Ludgério Lourenço Sampaio**, representante da SEPLAG,
325 diz que o Guilherme falou uma coisa interessante em relação aos parques. Diz que se tem
326 preocupado muito e observado, na zona rural ou mesmo na cidade, a baixa consciência



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

327 ambiental, ou talvez mínima, da população. Ressalta esse investimento no parque de que
328 o Paulo falou e que a COPASA tem que fazer também, e concorda que a COPASA tem
329 que investir também, Diz que a consciência ambiental já se tem, mas observa-se que a
330 população não tem. Diz que, quando o Guilherme fala desse acesso ao parque, a forma
331 de levar a essa consciência ambiental é o acesso, haja vista que o Parque Municipal,
332 depois daquela pista, tem observado que as pessoas passam a contemplar mais o parque
333 e ver a necessidade de chuva e ver a necessidade de participar de certa forma e entender
334 essa preocupação. Diz que está na hora de nascer uma nova consciência ambiental e se
335 articular, porque os órgãos estão bem conscientes, mas a população, não. Diz que observa
336 um mínimo de consciência ambiental na população de modo geral, em relação a cidade,
337 em relação à região. Diz que agora chegou ao extremo, e o Paulo falou muito bem,
338 momento crítico. Se não se transferir isso também para a população para aumentar a
339 consciência e a população também participar, os órgãos efetivamente trabalhando e a
340 população participando. Diz que acha os acessos aos parques extremamente interessantes
341 como uma forma de consciência. Diz que os parques são muito largados mesmo e a pessoa
342 não tem acesso à questão ambiental. Se não tem acesso, não tem consciência. Diz que
343 acha interessante o Conselho começar a pensar no novo conceito de consciência
344 ambiental, no novo modelo de consciência ambiental para nossa região.

345 O **Conselheiro Davidson Barbosa Dantas**, representante da SEDINOR, diz que isso
346 tudo é muito complicado e, como representante do governo, tem buscado meios de prover
347 a comunidade com algumas ações no sentido de ajudar a preservar. Diz que, dentro da
348 FENICS, nesse ano, junto com ADENOR, a FIEMG e a ACI, está se realizando dois
349 eventos bem interessantes que vêm tratar disso. Primeiro é dar oportunidade às
350 comunidades que trabalham com a exploração sustentada das suas áreas. Diz que se ter o
351 fórum, o evento da FOPEMIC que é o Fórum das Micro e Pequenas Empresas, com foco
352 nos microempreendedores individuais e com foco nos naquelas organizações que
353 exploram as atividades nativas de forma econômica. Vai haver um espaço onde haverá
354 15 empresas expondo produtos que vêm desse do nosso bioma e que são explorados de
355 forma sustentável, buscando a consciência que se falou aqui, mas com as pessoas
356 mostrando que, com essa consciência, têm como tirar a recursos para melhorar a sua
357 sustentabilidade econômica e financeira. Diz que outro evento é para potencializar o
358 aproveitamento da nossa maior potencialidade e também com a visão de preservação
359 ambiental que são as energias renováveis. Haverá uma ação dentro da FENICS, que
360 começa no dia 14 com congresso, 2º Congresso de Energias Renováveis do Norte de
361 Minas. Haverá palestra de todos os setores da economia, haverá uma apresentação de um
362 balanço dos avanços que tem o projeto de energia, principalmente da energia solar para a
363 região, os avanços em termo de infraestrutura de distribuição de energia, os novos
364 projetos que estão sendo implantados na região que vão possibilitar a captação de grandes
365 empreendimentos. Diz que quer apenas dar essa notícia. Está vendo Paulo convidando
366 para uma reunião que vai ser bem na hora da abertura da FENICS, no dia 14, às 19 horas,
367 mas estão todos convidados a conhecerem essa nova forma de atuação dentro de uma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

368 feira. Diz que o governo ia lá só participando com estande recebendo pessoas e muitas
369 vezes não fazendo muito. Destaque que na FENICS se vai fazer muito este ano. A
370 população vai ter a oportunidade de ver isso.

371 **O Conselheiro Leonardo Ações da Silva**, representante do Instituto Grande Sertão,
372 justifica que o Conselheiro André não pôde estar presente. Diz que é um momento muito
373 complicado e, como instituição, como uma ONG ligada ao meio ambiente, vem
374 acompanhando também todo esse processo de degradação que se vem passando, essas
375 dificuldades pelas quais se está passando. Diz que essa crise hídrica é muito complicada.
376 Diz que pensa que todos devem refletir um pouco mais sobre isso porque se não se agir
377 agora pode ser que seja tarde. Diz que anda por Montes Claros e vê nos condomínios
378 carros-pipa parados. Diz que está complicado, muito complicado mesmo. Teve a
379 oportunidade de conhecer pessoalmente o Peruaçu vendo a situação como está. Diz que
380 é o reflexo do que está acontecendo lá que se está vivenciando aqui. Diz que ontem o
381 chocou muito semblante de um grande amigo que infelizmente não pôde visitar, um
382 ambientalista que há muito tempo luta pelo meio ambiente aqui de Montes Claros. Viu
383 uma reportagem dele ontem na televisão que o chocou, é o Eduardo Gomes. Diz que se
384 emociona muito porque nunca o viu daquela maneira. Diz que é uma pessoa que luta
385 incondicionalmente, ele vive o meio ambiente. Diz que para ver-se um companheiro
386 daquele jeito e que luta tanto é sinal de que ele está perdendo as forças. Diz que faz parte
387 dessa ONG há muito tempo e acha que se tem que sensibilizar mais ainda a população.
388 Não adianta querer jogar a responsabilidade no governo. Entende que se tem que começar
389 mesmo arregaçar as mangas, começar a fazer alguma coisa, juntar forças. Diz que é
390 complicado estar falando aqui porque não foi na expedição. Diz que dentro do Instituto,
391 além de estar lá, é secretário de uma comunidade rural que também está passando por
392 uma dificuldade muito grande com água. Há um poço artesiano lá que abastece a
393 comunidade. Informa que são 30 famílias e tem algumas pessoas que, diante da crise,
394 estão vendendo os terrenos para várias outras pessoas. Então, um poço que abastecia 30
395 famílias vai ter que abastecer mais 30. Assim a água está diminuindo. Diz que os ânimos
396 estão muito exaltados nas reuniões de comunidade. Diz que é secretário e esteve lá no
397 domingo. Está muito sério, de briga mesmo. Com relação à abertura de poço artesiano,
398 tem-se que ver a possibilidade de que não aconteça indiscriminadamente, cada um
399 chegando e abrindo um poço. Diz que tem algumas nascentes, e pessoas estão colocando
400 bombas nas nascentes. Assim o curso da água que era um pequeno riacho está indo para
401 a propriedade da pessoa, e os outros que necessitam da água não têm. Então a pessoa
402 mostra uma licença que foi tirada. Não sabe se essa licença é do IEF, pois não teve a
403 oportunidade de ver a licença, mas o morador diz que foi reclamar, porque estava sem
404 água porque é da parte de baixo, e a pessoa de cima mostra uma licença dizendo que foi
405 autorizado a tirar a água do rio. Diz que dessas pequenas coisas se começam a ver os
406 reflexos. Reafirma que está muito sério, muito grave. Diz que como representante do
407 Instituto Grande Sertão quer colocar essas coisas e reforçar o que foi dito pelos colegas.
408 Sabe que são muitas questões ligadas ao meio ambiente, mas sabe que tem uma que é



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

409 gritante que é a questão hídrica. Diz que se tem que pensar e juntar essas coisas para
410 pensar como resolver e empreender ações. Diz que é importante que se mostrem essas
411 imagens para a imprensa para a população. Diz que o que viu o chocou bastante. As
412 pessoas não estão acreditando no que está acontecendo. O **Conselheiro Juvenal Mendes**
413 **Oliveira**, da FAEMG, diz que quer corroborar com Conselheiro Guilherme quando ele
414 coloca a inquietação da sociedade com as questões das multas ambientais e o sistema
415 ambiental como um todo. Diz que escuta isso desde 1980. Diz que, na verdade, a
416 legislação ambiental que veio como primeira colocar multas depois da Constituição
417 Federal de 88, a lei de 91 que depois, em 2001, foi reformulada porque havia tantos
418 adendos que se fazia necessário atualizar a lei. Agora posteriormente com o novo Código
419 Florestal e a Lei de Minas acompanhando isso, criando várias outras medidas. Diz que
420 em relação a essa questão tem escutado demais essas reclamações e vai se ater ao que tem
421 ouvido aqui neste Conselho. Diz que não quer ser pragmático nem fazer premonições
422 futuroológicas. Diz que se atém ao que vê, o que está claro, que é fato, não é notícia. Diz
423 que, quando se criou o sistema ambiental, ele veio de uma maneira desarvorada criando
424 penalidades tipo: a penalidade para desmatar uma árvore é de r\$ 50 a um milhão.
425 Questiona porque não se coloca logo de r\$1 ao infinito. Diz que é preciso uma
426 reformulação porque a sociedade está vendo isso e está vendo que essa legislação, em
427 termos de multas administrativas de licenciamentos ambientais, é uma vergonha. Diz que
428 isso é uma vergonha, e recebe reclamações todos os dias de pessoas que são chamadas ao
429 poder público para resolver questões. Diz que isso é dessa forma porque o Estado entrou
430 numa seara de que ele não tinha conhecimento nenhum Diz que o que falta é o
431 conhecimento técnico da lei rural. Sugere que se tire o exemplo daqui. Só foi criada em
432 2003, a SUPRAM que só foi criada em 2003 e que hoje se presta apenas a julgar multas
433 ambientais. O Conselho virou um julgador de multas ambientais porque não se teve a
434 competência de se julgarem os licenciamentos ambientais com justiça e por isso foi
435 levado para Belo Horizonte. Diz que essa legislação arbitrária, ditatorial existente em
436 termos de cobrança de multas isso induz a uma concussão ambiental. É o que se está
437 vendo, a sociedade está vendo. Isso não pode prevalecer. Diz que, quando alguém faz um
438 poço tubular, ele está buscando desesperadamente por água, aquilo que todo mundo
439 busca. Como exemplo, diz que Montes Claros mata o rio Vieira, mata o Verde de Grande
440 e o produtor, a essas margens, abre um poço tubular que custa r\$25 a r\$ 30.000, mas ele
441 é obrigado a fazer isso. Diz que a briga hoje no mundo inteiro é por conta de água, não é
442 por conta de guerra, não é por conta de vender arma. É por conta de água. Diz que se está
443 há sete anos de seca na região. São sete anos sofridos com precipitações em cerca de 600
444 milímetros. Diz que se sabe o que o governo tem feito e é muita coisa para diminuir esse
445 estresse hídrico na região, mas é preciso também que não só multas ambientais
446 convertidas em imposto, porque multa não é imposto, multa é aquilo que se faz para
447 recuperar o dano ambiental se o dano ambiental foi causado. Não é para locupletar o
448 governo de renda e ele ter aquilo como renda para sustentar as coisas. Inclusive porque
449 vem através de decreto, através de portarias, normas, resoluções, não vem através de lei.



450 Diz que então o que se precisa fazer é realmente pensar nisso e as pessoas entenderem o
451 que é meio ambiente. Quando o meio ambiente surgiu uma quantidade de coisas que
452 surgiu. Diz que o que hoje se vê é que se está aqui simplesmente para julgar multas. Diz
453 que isso é até um atentado a inteligência de tantos técnicos da SUPRAM. Diz que vê isso
454 com grande pesar. Diz que o que mais viu aqui e também presenciou aqui, é fato é fato
455 não é notícia, o que é viu foi desrespeito de Conselheiros com próprio técnico da
456 SUPRAM, desrespeito dos Conselheiros com os empreendedores que vêm aqui licenciar,
457 que passam um Calvário para conseguir uma licença ambiental de suas atividades, a tal
458 ponto que o empreendedor mais sábio foge desse estado e vai para outros estados porque
459 aqui impera uma arbitrariedade sem justificativa nessa questão ambiental, induzindo a
460 essa concussão ambiental. Diz que isso é que vê com toda sinceridade, nos seus mais de
461 40 anos de profissão. E pensa que uma solução simples para isso é parar de encontrar um
462 culpado, de achar o produtor rural como vilão da história e que ele é um inimigo a ser
463 vencido. É preciso trabalhar juntos, instituições públicas e aquele detentor de uma porção
464 de terra, onde essa porção de terra tem a capacidade de absorver água e de gerar água para
465 o lençol freático. Mas não se vai viajar numa observação visual de um dia ou dois dias e
466 ter isso como uma ciência que está sendo desenvolvida. O que se está precisando
467 urgentemente é de uma extensão ambiental. Diz que a EMATER faz aqui há dezenas de
468 anos a extensão Rural dedicada à produção rural. Diz que se está precisando de uma
469 extensão ambiental, onde se chega e se diz como se faz, por que se faz. É disso que se
470 está precisando. O **Conselheiro Paulo Ribeiro**, da SEMMA, diz que a Prefeitura entrou
471 hoje com uma ação civil pública contra a COPASA pedindo uma indenização, por conta
472 de perdas e danos, de R\$50 milhões. O **Presidente** questiona se mais algum Conselheiro
473 quer fazer uso da palavra dando continuidade à pauta passa ao item seguinte da pauta.

474 **4 - Exame da ata da 132ª reunião ordinária de 11 de julho de 2017.**

475 O **Presidente** coloca a ata em discussão. Não havendo nenhuma manifestação, informa
476 que a ata será **aprovada**. A **Conselheira Mônica Ladeia**, da SECIR, informa que vai
477 abster-se porque não esteve presente. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da
478 Procuradoria Geral de Justiça, diz que também se abstém na forma do artigo 11 do Ato
479 da Corregedoria Geral 02 de 2017, assim como fará em todas as decisões ao longo desta
480 sessão. O **Conselheiro Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**, do CREA, também
481 manifesta sua abstenção por não ter estado presente na última reunião. O **Conselheiro**
482 **Diogo Fabiano Ferreira**, representante da FEDERAMINAS-ACI, também se abstém por
483 não ter estado presente. O **Conselheiro Ten. Emerson Martins da Silva** também
484 manifesta sua abstenção por não ter estado presente na última reunião.

485 O **Conselheiro Leonardo Silva Alves**, do IGS, também manifesta suavização por não ter
486 estado presente. O **Presidente** informa que a ata está **aprovada** com 07 abstenções. Passa
487 ao item seguinte da pauta.

488

489 **5. Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de Infração:**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

490 5.1 Sada Siderurgia Ltda. - Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico
491 superficial inclusive a partir de reciclagem - Várzea da Palma/MG - PA/Nº
492 09183/2005/005/2015 - AI/Nº 46283/2014 - Apresentação: Supram NM. 5.2. – Gerdau.
493 zio
494 5.2 Gerdau Aços Longos S.A./Fazenda Biluca, Gameleira, Porto Alegre e Bom Retiro -
495 Silvicultura - Buritizeiro e Santa Fé de Mina/MG - PA/Nº 10158/2006/004/2015 - AI/Nº
496 46320/2015 - Apresentação: Supram NM.
497 Destaque para o Conselheiro Ézio Darioli.
498 5.3 Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. - Fabricação de produtos para diagnós-
499 tico com sangue e hemoderivados, farmoquímicos (matéria prima e princípios ativos),
500 vacinas, produtos biológicos e/ou aqueles provenientes de organismos geneticamente
501 modificados - Montes Claros/MG - PA/Nº 00077/1979/021/2015 - AI/Nº 48669/2015 -
502 Apresentação: Supram NM.
503 O **Presidente** informa que para este item há uma manifestação escrita.
504 5.4 Florestas Rio Pardo Ltda. - ME - Silvicultura - Taiobeiras/MG - PA/Nº CAP
505 462393/17 - AI/Nº 54666/2015 - Apresentação: Supram NM.
506 O **Presidente** informa que vai retirar este item de pauta de acordo com solicitação do
507 empreendedor.
508 5.5 Adilson Roberto Ribeiro dos Santos - Silvicultura - Grão Mogol/MG - PA/Nº CAP
509 466691/17 - AI/Nº 016659/2016 - Apresentação: Supram NM.
510 5.6 União Recursos Naturais Indústria e Comércio de Produtos Florestais S.A. - Produ-
511 ção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada, silvicultura e tratamento químico
512 para preservação de madeira - São João do Paraíso/MG - PA/Nº CAP 440775/17 -
513 AI/Nº 41866/2015 - Apresentação: Supram NM.
514 5.7 Construtora Eferco Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico - Montes
515 Claros/MG - PA/Nº CAP 443025/16 - AI/Nº 55304/2016 - Apresentação: Supram NM.
516 O **Presidente** informa que o item 5.7 tem inscrição do Senhor Wellington. Questiona se
517 ele ainda tem interesse em falar porque se tem informação de que ele desistiu da fala.
518 Verifica-se que não está presente, Um Conselheiro pede destaque. O **Presidente** pede
519 atenção. Coloca em votação os itens 5.1 - 5.5 e 5.6. O **Conselheiro Juvenal Mendes**
520 **Oliveira**, da FIEMG, pede uma questão de ordem. Diz que, lendo e vendo os processos,
521 pensa que não se deveriam juntar juntá-los para um único julgamento mas separá-los e
522 julgar um a um, porque, como existe enquadramento legal diferenciado, as opiniões
523 podem divergir no ponto de ser favorável ou desfavorável. Isso então dificultaria. **Yuri**
524 **Rafael Trovão**, Diretor de Controle Processual da SUPRAM, diz que é por isso que se
525 tem os destaques. O próprio Regimento Interno determina que seja feita a leitura na
526 íntegra do processo, e aqueles para os quais não houver destaque serão julgados em bloco.
527 Está-se seguindo o Regimento. Se houver destaque em algum ponto de pauta deveria ter
528 sido feito como se fez nos demais itens. Não havendo o destaque, subentende-se que todos
529 estão aptos a votar de acordo com que está no parecer. Diz que obviamente o Conselheiro
530 pode votar contrário aos pareceres e outros podem votar favoráveis aos pareceres, mas,
531 como não houve destaque, pelo Regimento a votação é em bloco dos itens que não foram
532 destacados. O **Presidente** diz que, após a explicação do Diretor de Controle Processual,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

533 coloca em votação os itens 5.1 - 5.5 e 5.6 . O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da
534 FAEMG, diz que discorda do parecer da SUPRAM nos itens 5.1 e 5.5, e não discorda no
535 item 5.6. Mas como está sendo julgado em bloco, questiona se pode votar separadamente.
536 Diz que discorda do parecer nos itens 5.1 e 5.5. Não se aplicam. É pelo deferimento do
537 recurso. O **Conselheiro Ezio Darioli**, da FIEMG, vota contrário ao 5.1. Diz que ia pedir
538 um destaque, mas acabou passando batido neste item. Como justificativa da questão do
539 5.1, diz que foi firmado um TAC com SADA e o órgão ambiental e entende que, com a
540 assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, poderia ser isento da acumulação da
541 penalidade que se aplica no caso. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da
542 Procuradoria Geral de Justiça, diz que a abstenção já está computada. O **Presidente** diz
543 que os itens foram **aprovados** com as considerações colocadas pelos Conselheiros.

544 O **Presidente** passa à discussão do item **5.2 Gerdau Aços Longos S.A.** Passa a palavra
545 ao Conselheiro **Ézio Darioli**.

546 O **Conselheiro Ézio Darioli**, da FIEMG, diz que gostaria de colocar com Yuri sobre a
547 questão das atenuantes desse processo. Diz que elencou, segundo artigo 68 que fala que
548 “sobre o valor base da multa serão aplicadas as circunstâncias atenuantes e agravantes
549 conforme o que se segue: letra c - menor gravidade dos fatos tendo em vista suas
550 consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese
551 em que ocorrer a redução da multa em 30%”; e “colaboração do infrator com os órgãos
552 ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá
553 a redução da multa em até 30%.” Diz que o seu comentário é referente à condicionante
554 número 16: “Apresentar inscrição no Cadastro Ambiental Rural – Car, da Fazenda Porto
555 Alegre, com número do recibo nacional do cadastro do imóvel - prazo de 60 dias”. Diz
556 que o argumento é que a empresa entregou à SUPRAM cópia do protocolo de inscrições
557 e no documento pode ser verificado que havia problema no sistema, por isso não pode ser
558 gerado o número do recibo. Pede que Yuri comente sobre isso. **Yuri Rafael Trovão**,
559 Diretor do Controle Processual, chama a assessoria que fez o processo. **Rafaela**, Técnica
560 da SUPRAM Norte, atenuante de menor gravidade do fato foi aplicada ainda na primeira
561 decisão. A segunda não foi solicitada no recurso onde ele solicitou atenuante pela
562 existência de mata ciliar em nascentes preservadas e que foi contestada pelo técnico no
563 parecer. O **Conselheiro Ézio Darioli**, da FIEMG, diz que importante é a condicionante
564 16. **Rafaela** Diz que, conforme o parecer único, para alterar condicionante ou excluir ou
565 prorrogar prazo para cumprimento, tem que ser solicitado formalmente. Diz que o
566 empreendedor não solicitou. Ele apenas informou que havia problema no sistema do CAR
567 e por isso não foi considerada a alteração nem a prorrogação. De qualquer modo a
568 infração vale para um ou dois ou três descumprimentos como são tratados três... O
569 **Presidente** diz que, após a discussão vai colocar em votação o item **5.2 Gerdau Aços**
570 **Longos S A.** O **Conselheiro Juvenal**, da FIEMG, discorda do parecer da SUPRAM e diz
571 que é favorável ao deferimento do recurso. O **Conselheiro Ézio Darioli**, da FIEMG, diz
572 que entende que poderia ser aplicado também o item “e” da atenuante do artigo 68. O
573 **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGIJ, manifesta sua abstenção. O



574 **Presidente** informa que o item 5.2 foi **aprovado** com 02 votos contrários e abstenção do
575 Ministério Público. O **Presidente** passa ao item seguinte.

576 **5.3 Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. Com destaque.**

577 O **Sr. André Luiz**, da Novo Nordisk, diz que tem uma dúvida e uma justificativa. Diz
578 que a dúvida é sobre os 30% do valor da multa de R\$41502. Questiona-se é esse valor
579 mesmo a redução. **Carlos Frederico**, Técnico da SUPRAM Norte, diz que já houve um
580 reenquadramento do valor da multa e o órgão reconheceu a atenuante. Vai haver a redução
581 desse valor nominal do valor da multa 30% sobre R\$1502, valor original, e esclarece que
582 esse valor vai ter que ser atualizado e vai haver a redução sobre esse valor. O **Sr. André**
583 **Luiz** diz que a justificativa, a defesa administrativa tem muito a ver o que foi ditado aqui
584 no início da reunião sobre um auto de infração sem uma base de requisitos legais. Diz que
585 quando entraram com defesa reduziu de R\$22.000 para R\$1.500. Diz que tem que se ver
586 a necessidade de realmente ter uma base legal na hora da aplicação da multa. **Priscila**,
587 Técnica da SUPRAM Norte, diz que o que houve foi no enquadramento errado de porte.
588 Houve uma readequação do porte. Colocou-se o porte G, mas se tratava de uma multa do
589 IGAM. Então a DN que se segue não é 74, é uma DN própria IGAM, por isso houve uma
590 redução drástica da multa: de 20 passou para R\$ 1500. Com a atenuante de 30%, vai cair
591 um pouco mais. Foi esse o motivo e não porque não existe um parâmetro. Existe o
592 parâmetro, mas o parâmetro foi incorreto e se teve que fazer uma readequação de porte
593 que fez a multa cair bastante. O **Sr. André Luiz**, da Novo Nordisk, diz que é só uma
594 justificativa de por que entraram com a defesa administrativa por não ter esse
595 embasamento legal e, a partir, sim, da revisão aí ficou legalmente com os valores corretos.
596 O **Presidente** diz que, após as explicações da SUPRAM Norte passa a votação do item
597 5.3 Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. O **Conselheiro Juvenal Mendes**
598 **Oliveira**, da FAEMG, diz que vai deferir totalmente o recurso. O **Conselheiro Lucas**
599 **Marques Trindade**, da PGJ manifesta-se pela abstenção. O **Presidente** informa que o
600 item 5.3 foi **aprovado** com um voto contrário e uma abstenção. Passa para o item
601 seguinte.

602 5.7 Construtora Eferco Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico - Montes
603 Claros/MG - PA/Nº CAP 443025/16 - AI/Nº 55304/2016 - Apresentação: Supram NM.
604 Destaque do Conselheiro Guilherme.

605 O **Conselheiro Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**, do CREA, diz que, na
606 verdade, não vai entrar no mérito da infração. Como entende que se está propondo um
607 auto de infração, quer saber apenas qual é o valor dessa multa. Diz que, na primeira
608 reunião, sugeriu que 50% das multas aplicadas nos empreendimentos locais fossem
609 revertidos para a região. Diz que não tem razão novamente de aplicar multa e mandar
610 para o caixa único do governo e isso ficar lá em Belo Horizonte, ou que for, para outras
611 finalidades. Diz que a finalidade da multa é antes de mais nada uma reparação pelo que
612 aconteceu dentro de uma penalidade. Entende que esse Conselho, por ser estratégico, tem
613 que ter uma finalidade. Não se pode ficar aqui só julgando multa. Quando foi criado, há
614 muito tempo, tem que ter uma visão estratégica para a região e tentar reverter esse quadro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

615 gravíssimo de degradação ambiental, de falta de educação ambiental, de falta de gestão
616 ambiental, de uma série de questões. Não podem ficar aqui tantas pessoas com algum
617 conhecimento na área apenas julgando autos de infração. Diz que gostaria de reiterar o
618 que tem falado. Diz que parte dessas multas, não sabe quando se vai conseguir isso,
619 porque, na verdade, ninguém acaba escutando nada do que é falado, e as coisas são
620 decididas muitas vezes de outra forma, que fosse aplicada. Nesse sentido, se for possível,
621 se foi aplicada a multa no seu valor, que o empreendedor tenha a possibilidade de aplicar
622 50% desse recurso na implantação do Parque Marcelo Condé, um ex-Conselheiro daqui
623 desse COPAM. Diz que o considera o maior ambientalista desse Norte de Minas, um
624 engenheiro florestal que foi superintendente do IBAMA por muitos anos. Diz que, quando
625 ele foi superintendente do IBAMA, ele, Guilherme, era coordenador da FEAM e
626 construíram a sede do IBAMA com recursos provenientes de um leilão de madeiras a
627 custo nenhum, Associação Produtora de Pequi que também construir esse prédio aqui.
628 Diz que gostaria de muito de homenagear seu amigo Marcelo, que faleceu
629 prematuramente, num ato nesse sentido. Diz que gostaria que se respondesse se há
630 possibilidade, conforme a lei preconiza. **Yuri Rafael Trovão**, Diretor de Controle
631 Processual da SUPRAM NM, diz que a moção a que Está se referindo é o item 7 da
632 pauta, que é a resposta da moção e oportunamente vai ser falado pelo Presidente. Adianta
633 a conclusão informando que a destinação dos valores arrecadados por meio das
634 conversões das multas ambientais no estado de Minas Gerais só pode ocorrer de acordo
635 com o previsto na legislação supracitada, quais sejam: a 7772 e o decreto 44844. Diz que
636 normas infralegais não podem inovar nem contrariar o que está definido em lei, não tendo
637 competência, portanto, o COPAM para fazer essas alterações Ou seja, a previsão pela lei
638 é que seja destinado ao Fundo de Meio Ambiente e que é esse Fundo é que irá destinar
639 para onde serão aplicados esses valores em relação as multas. Diz que foi nessa linha que
640 se trabalhou naquela proposta que foi aprovada pelo Conselho nas reuniões passadas que
641 foi trabalhado aqui. É justamente possibilitar àquele que foi autuado fazer a conversão da
642 parte que lhe toca em conversão de algum valor a ser aplicado em projetos de interesse,
643 que seria formado esse banco de projetos de que se falou aqui. Diz que em relação a esses
644 valores das multas, se não houver o pedido, esse dinheiro realmente, por força de lei, vai
645 para o Fundo. Em relação ao valor da multa, a última atualização foi no valor de R\$
646 105.180. O **Conselheiro Guilherme** Augusto, do CREA, agradece pelo
647 esclarecimento. Questiona sobre o valor, 5.000 ou 105000? Entende que 50% cercaria o
648 parque, começaria a melhorar e garantiria um ganho ambiental muito grande para uma
649 comunidade extremamente vulnerável do bairro Santo Inácio Dilma região de Montes
650 Claros que não tem nenhuma oportunidade de lazer, de convivência com o meio ambiente.
651 Diz que cabe agora são empreendedor, já que ele causou um grande dano ambiental, pelo
652 menos ele pudesse reverter parte desse dano para a comunidade que sofreu desse impacto.
653 Diz que está vendo que é uma empresa produtora de asfalto, que gera emissões de material
654 particulado, com a presença de benzeno, uma série de produtos químicos decorrentes do
655 petróleo. Diz que quem sabe não se consegue convencê-lo o disso. **Yuri Rafael Trovão**,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

656 Diretor de Controle Processual, diz que, aproveitando o momento, quer falar para o
657 Conselho. Informa que foi publicado o Decreto 47246, no Diário Oficial na quinta-feira,
658 dia 31/08, que dispõe sobre a remissão total dos créditos estaduais não tributários e sobre
659 o programa de pagamento e incentivo de que trata a Lei 21 735 . Diz que não sabe se o
660 Conselho se lembra dessa lei. Diz que é uma lei até confusa que dava um desconto de até
661 90% para quem pagasse o valor à vista. Diz que houve muita confusão se era em relação
662 ao valor total da multa, depois saiu uma nota falando que não era em relação ao valor
663 total, que era só em relação s correções e juros`. Informa que esse decreto vai clarear essa
664 dúvida. Diz que esses valores que podem ser convertidos eles podem na realidade ser
665 remidos ou perdoados, caso se entenda dessa forma, até o valor de 90% em relação às
666 correções e juros das multas. Diz que são infrações até 31 de dezembro de 2014 e as
667 pessoas tem que fazer adesão até, salvo engano, até o final de novembro. Diz que tem
668 uma aba específica no site da SEMAD chamado REGULARIZE FAÇA SUA ADESÃO. Diz que
669 o empreendedor ou aquele que cometeu a infração deve aderir caso queira aquele item e,
670 nesse caso, tanto para as multas que estão para análise da SUPRAM como aquelas que
671 também já estão inscritas em dívidas ativas na AGE. Diz que é uma forma de quem tem
672 uma multa, dado ao tempo de análise do órgão ambiental que não se tem, pelo parecer da
673 AGE, a prescrição intercorrente, tem-se multas de 2012 e 2011 e elas quase dobram o
674 valor em relação ao tempo de análise dentro do órgão ambiental . Diz que é uma
675 possibilidade do empreendedor, do autuado, estar regularizando sua multa em relação
676 com o estado. O **Presidente** diz que, após esclarecimentos ao Conselheiro, coloca em
677 votação o item 5.7 Construtora Eferco Ltda.

678 O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que, por coerência, é
679 desfavorável ao parecer da SUPRAM. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da
680 PGJ, manifesta sua abstenção. O **Presidente** informa que o item 5.7 foi **aprovado** com
681 01 voto contrário e 01 abstenção. O **Presidente** passa ao item seguinte.

682 **6. Processo Administrativo para exame de Recurso de Arquivamento de Licença** 683 **de Operação Corretiva:**

684 6.1 Plantar Siderúrgica S.A./Fazenda Campo Alto - Silvicultura - Grão Mogol/MG -
685 PA/Nº 00391/2008/002/2013 - Classe 3 - Apresentação: Supram NM.

686 O **Presidente** informa que vai retirar o item de pauta por solicitação da SEMAD.

687 **7. Resposta à Moção nº 001/2017, aprovada na 130ª Reunião Ordinária da Unidade** 688 **Regional Colegiada Norte de Minas, realizada em 14/03/2017. Apresentação:** 689 **Supram NM.**

690 O **Presidente** diz que o Diretor de Controle Processual até adiantou a conclusão da
691 resposta dessa moção. Diz que a resposta dessa emoção já foi disponibilizada para todos
692 os Conselheiros. Diz que só para lembrar vai ler novamente a conclusão: “Por todo o
693 esforço, informamos que a destinação dos valores arrecadados por meio das conversões
694 das multas ambientais do Estado de Minas Gerais só podem ocorrer de acordo com o
695 previsto na legislação supracitada, quais sejam as leis estaduais nº 7772, de 80, e 21971,
696 de 2016, bem como Decreto 44844/2008. Normas infralegais não podem inovar nem



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

697 contrariar o que está definido em lei, não tendo competência, portanto, o COPAM para
698 fazer as alterações. Sendo o que nos apresenta para o momento colocamo-nos à disposição
699 para demais esclarecimentos.” Diz que essa foi a resposta da SEMAD em relação à
700 moção. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGJ, diz que tem uma dúvida. Diz
701 que no texto se fala que a destinação deve obedecer à lei. Diz que é vidente e o Dr. Yuri
702 já tinha chegado a essa conclusão e sempre se tem que pautar pelo princípio da legalidade.
703 Diz que tem uma dúvida porque a lei 21972 trouxe a previsão da criação do Fundo
704 Estadual de Meio Ambiente e as multas seriam destinados ao Fundo Estadual de Meio
705 Ambiente. Mas a própria lei 21972 trouxe uma regra de transição que, enquanto esse
706 Fundo de Meio Ambiente não for criado, as multas continuam em receita dos órgãos do
707 Meio Ambiente, do SISEMA, que deram origem à multa. Questiona se Fundo já foi
708 criado. Acredita que não. Questiona se há previsão para criação desse Fundo. **Yuri Rafael**
709 **Trovão**, Diretor de Controle Processual da SUPRAM Norte, diz que não tem
710 conhecimento de que este fundo tenha sido criado. Diz que inclusive é o anseio de todos
711 os servidores do Estado da parte do SISEMA que esse Fundo seja realmente criado porque
712 se iria beneficiar a própria Secretaria de Estado de Meio Ambiente que está numa situação
713 que não é muito boa. Diz que não tem essa informação e não sabe dizer quando será criado
714 esse Fundo. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGJ, diz que parece que já
715 faz parte das atribuições do Conselho de moções para encaminhar para o Secretário de
716 Estadual. Diz que um Fundo Estadual, uma conta única representando o Fundo Estadual
717 em nada solucionará o problema. Diz que o Ministério Público passou pelo mesmo
718 problema com o FUNDIF - Fundo de Direitos Difusos - e acontece que a gestão é muito
719 complicada. Diz que pensa que a criação por lei de um Fundo Estadual de Meio Ambiente
720 não impede que, quando da regulamentação desse Fundo Estadual de Meio Ambiente,
721 sejam criadas contas regionais. Diz que o Fundo pode ser subdividido em contas regionais
722 para que as multas sejam destinadas para a própria região aí então atendendo aos anseios
723 de todos os Conselheiros e de todo mundo que já vive na área ambiental há um tempo.
724 Diz que acredita que seja algo a ser estudado inclusive por essa Unidade Regional
725 Colegiada uma moção sugerindo, para quando for regulamentado esse Fundo que seja
726 estudada a viabilidade da criação de contas regionais coincidentes com as Unidades
727 Regionais Colegiadas, porque aí se iria ter uma função a mais do que homologadores de
728 pareceres em recurso de auto de infração. Porque, até agora, de fato já havia previsto isso
729 no início do ano quando o licenciamento passou para Belo Horizonte. O Conselho se
730 tornou aqui basicamente chanceladores de multas. Acha que o Conselho tem capacidade
731 para ir um pouco além disso. Diz que é a sugestão que faz aos Conselheiros. O
732 **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que até 2003 o Estado tinha
733 uma conta chamada Fundo de Recursos Especiais a Aplicar. Esse Fundo, vindo através
734 da alienação de produtos e subprodutos florestais que eram alienados em forma de leilão
735 público, caíam nesse Fundo e esse Fundo só destinaria dinheiro a implementação e
736 equipamentos para unidades de conservação. Diz que, como se aposentou em 2003 não
737 sabe se a lei ainda existe do Fundo de Recursos Especiais a Aplicar. Diz que é preciso



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

738 que se veja isso porque aquilo que gerou de apreensão, de alienação de produtos e
739 subprodutos florestais aqui na região, caindo no fundo único do Estado, vai fazer
740 maravilhas no sul do estado, na região mais politizada. E aqui as sobras. Diz que se tem
741 que lutar por isso sim. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGJ, diz que, como
742 já vem falando desde o início do ano, por força de hábito de sua Corregedoria, não pode
743 se vincular como signatário direto nas decisões do Conselho, mas nada impede que faça
744 uso da palavra sem exercer direito a voto. É ato normativo de 2017 Diz que não vai propor
745 a moção ele mesmo como signatário direto, mas deixa a sugestão para os colegas, e de
746 fato endossa, não pode endossar como signatário das decisões. O **Conselheiro**
747 **Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**, do CREA, parabeniza Dr. Lucas pela
748 sugestão. Acha que ela pode muito bem em avançar nessa questão. Diz que é preciso
749 lembrar que o Norte de Minas e o Jequitinhonha têm um quadro crítico ambiental e a
750 questão ambiental deixa cada vez mais vulneráveis essas pessoas da região. Diz que o
751 Estado, como gestor de todos os recursos arrecadados, tem que ter uma visão diferenciada
752 para o Norte de Minas. Diz que já se previa isso, mas a maioria das pessoas não imaginava
753 que uma cidade de 400.000 habitantes fosse ter problema de água. Diz que isso é mais
754 que uma necessidade de aplicar grande parte desse recursos arrecadados com infrações
755 ambientais, que sejam aplicados nos recursos naturais da região e reforçando cada vez
756 mais. Diz que se tem que garantir que essas unidades de conservação implantadas não
757 sejam unidades de conservação de um órgão. o Lapa Grande não é do IEF. O Lapa Grande
758 é da sociedade norte-mineira, é da população mineira, é da população brasileira. Tem que
759 ter acesso das pessoas, tem que garantir que as pessoas vão visitar aquela maravilha que
760 aquilo lá. Diz que por isso é que se tem que garantir que se tenham condições totais de
761 recursos humanos, de logística, de estrutura, de segurança, para que as pessoas possam
762 visitar. Diz que, já que se criam as unidades de conservação, que se implantem essas
763 unidades. Diz que a população, através dos seus impostos, gasta fortunas nessas
764 desapropriações, e a maior parte das pessoas não tem acesso a essas maravilhas. Diz que,
765 quando defendem esses recursos daqui é que esses recursos de multas ambientais possam
766 ser revertidos para essa nossa riqueza que é da população, não é do órgão público, não é
767 do servidor público, não é do estado. O estado não existe. O **Presidente** diz que, após
768 essas manifestações, orienta os Conselheiros que formulem essa proposta de moção para
769 aprovar inclusive nessa reunião, até o final da reunião. O **Conselheiro Guilherme**
770 **Guimarães Oliveira**, complementando a sua fala, diz que é nesse sentido que entende
771 que essa proposta de Dr Lucas é extremamente importante e gostaria de prepará-la, já que
772 ele não poderia neste momento. mas levar isso aí vamos dizer no plágio, no sentido da
773 colocação dessa moção. O **Presidente** questiona se o Dr. Lucas já está redigindo a
774 proposta da moção. O **Presidente** diz que, enquanto se espera a redação da moção, passa-
775 se ao próximo item de pauta.

776 O **Conselheiro João Francisco de Pinho**, da CBH JQ1, diz que o estado criou 36
777 unidades de planejamento e gestão, quando fala dos comitês de bacias, e isso é de uma
778 forma bem participativa inclusive com planos diretores já prontos, já elaborados com



779 participação do poder público estadual, municipal, da sociedade civil organizada,
780 usuários. Diz que está vendo que esses comitês estão ficando meio abandonados, com
781 estruturas, um estudo, com levantamento, com dossiês formados, discutidos no Conselho
782 Estadual de Recursos Hídricos. Diz que seria mais uma sugestão. Diz que tem em Grão
783 Mogol uma unidade de conservação, um Parque Estadual criado em 98 e até hoje não tem
784 um plano de manejo, não tem regularização fundiária, não indenizou ninguém, e o pessoal
785 fica lá mercê do tempo. 1998 é muito tempo. Deixa a sugestão de que se possam usar
786 mais esses comitês de bacias porque eles são muito bem organizados, com todos os
787 segmentos da sociedade inseridos. E eles estão meio que perdidos porque eles não têm
788 recurso nenhum.

789 O **Presidente** para o item seguinte da pauta.

790 **8. Programa de Capacitação dos Conselheiros da URC com vistas ao**
791 **desenvolvimento de suas competências conceituais, de modo a contribuir com o**
792 **aprimoramento da atuação dos mesmos na apresentação de políticas públicas**
793 **regionalizada. Apresentação: Supram NM.**

794 O Sr. **Clésio Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM Norte de Minas, diz que a
795 Secretaria Executiva juntamente com a Superintendência de Políticas Regionais estão
796 promovendo um programa de capacitação dos Conselheiros das URCs. Para tanto, a
797 SEMAD vai fazer um diagnóstico sobre quais são os temas necessários para essa
798 capacitação por cada URC. Diz que assunto Diz que a SUPRAM Norte de Minas vai
799 encaminhar, a partir do núcleo operacional, um e-mail para todos os Conselheiros com o
800 formulário que deve ser preenchido com essa sugestão de temas. A partir dessa sugestão
801 de temas que os Conselheiros acham que devam ser abordados no treinamento dos
802 Conselheiros, vai ser formulado pela Superintendência de Políticas Regionais e pela
803 Secretaria Executiva um programa de capacitação. Acredita que provavelmente esse
804 programa de capacitação se dará ao longo do início do ano que vem, pois já se está na
805 finalização do ano. Ele vai ter como base as sugestões de todos os membros do Conselho
806 de acordo com as características de cada URC ou as características regionais. Informa
807 que no dia de amanhã já se deve estar enviando esses e-mails a todos os Conselheiros. No
808 email se vão colocar os prazos de respostas desses temas. A partir da entrega desses
809 formulários, vai-se encaminhar tudo isso a SEMAD. O **Conselheiro Juvenal Mendes**
810 **Oliveira**, da FAEMG, questiona se essa capacitação vai ser a regionalizada ou centrada
811 em Belo Horizonte. O **Superintendente Clésio Cândido Amaral** diz que ela deve ser
812 regionalizada, uma vez que os programas são com base nas sugestões de cada Conselho,
813 de cada URC. Está se entendendo também que essa capacitação se dará ao Conselho.
814 Como ela é ao Conselho, não há que se dizer que de deslocar o Conselho inteiro para Belo
815 Horizonte. É muito mais fácil a equipe de Belo Horizonte, de acordo com os temas se
816 deslocar ou que os temas sejam abordados pela própria SUPRAM. O **Presidente**, antes
817 de se encerrar a reunião, questiona se os Conselheiros redigiram a moção. O **Conselheiro**
818 **Lucas Marques Trindade**, da PGJ, diz que a sua capacidade de síntese não foi capaz de
819 redigir, porque deseja fazer algo completo, mais fundamentado. O **Presidente** sugere que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

820 os Conselheiros façam essa discussão e na próxima reunião tragam para a discussão e
821 aprovação aqui. O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, sugere que se
822 convidem alguns Conselheiros, três ou quatro, e com calma se redija isso, porque se tem
823 que evitar essa evasão de coisas que beneficiam os outros e não a região. Diz que se pode
824 atentar melhor. Diz que vem bem esse treinamento de Conselheiros para que se possa
825 votar com maior justiça todas essas multas administrativas e não simplesmente colocar o
826 empreendedor aqui fazendo com ele o que lhe diz respeito e até, se possível execrar. O
827 **Presidente** agradece a cada um pela presença, os Conselheiros, o público, os servidores
828 do Estado da SEMAD e encerra a reunião.

829 **9. Encerramento.**

830 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
831 foi lavrada a presente ata.

832 Esta é a síntese da reunião do dia 12 de setembro de 2017.

833